



## TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DA BAHIA

1ª Av. do Centro Administrativo da Bahia, 150 - Bairro CAB - CEP 41.745-901 - Salvador - BA - <http://www.tre-ba.jus.br/>

**PROCESSO** : 0015347-53.2021.6.05.8000  
COORDENADORIA DE EQUIPAMENTO E SUPORTE  
**INTERESSADO** : SEÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA  
SEÇÃO DE SOLUÇÕES CORPORATIVAS  
SEÇÃO DE COMISSIONAMENTO E FREQUÊNCIA  
**ASSUNTO** : Regularidade do Pregão 35/2021

**PARECER nº 86 / 2021 - PRE/DG/ASSED**

1.Trata-se de procedimento licitatório, na modalidade Pregão Eletrônico, para REGISTRO DE PREÇOS visando a eventual aquisição de leitor biométrico, conforme especificações e condições estabelecidas no Edital n.º 35/2021, documento n.º 1768156.

2. A presente licitação é regida pela Lei nº 10.520/2002, pela Lei nº 8.248/91, pela Lei Complementar nº 123/2006, pelos Decretos nºs 3.555/2000, 10.024/2019, 7.174/2010, 7.892/2013 e 8.538/2015, pela Instrução Normativa/MPOG nº 03/2018 e pelas condições do Edital n.º 35/2021, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666/1993.

3.Verificou-se o cumprimento das condições legais inerentes à fase interna do certame, conforme abaixo mencionado.

- a) previsão no Plano Anual de Contratações – [PLANCONTSTIC2021](#);
- b) estimativa de preços, consoante planilha padrão e manifestações da SEAQUI documentos n.º 1757234, 1757194 e 1757206;
- c) informação da ação orçamentária, por se tratar de Registro de Preços, documento n.º 1757760;
- d) análise da legalidade da minuta do instrumento convocatório, documentos n.ºs 1759326.
- e) autorização de abertura do certame licitatório pela autoridade competente, documento n.º 1762015;
- f) designação de Pregoeiro e equipe de apoio, documento n.º 1763868;
- g) juntada de cópia da Portaria que designou o Pregoeiro, documento n.º 1768163.

4.Consta dos autos comprovantes de envio de aviso de licitação para publicação na internet (comprasnet) e no D.O.U., documentos n.ºs 1768175 e 1768180.

5.Houve pedido de esclarecimento, devidamente respondido, documentos n.ºs 1799721 e 1799732.

6.Quanto à sessão, acolho o relatório final do Pregão, documento n.º 1800149.

7.Consoante ata do pregão anexada foram cumpridas as etapas do procedimento. Finda a etapa de classificação das propostas, deu-se início à etapa competitiva. O modo de disputa foi aberto e fechado. Houve tentativa de negociação, com êxito. Após, foi realizada a aceitação das propostas e habilitação da licitante melhor classificada para os itens 1 e 2.

8. Observa-se que os documentos de habilitação foram apresentados junto com as propostas, nos moldes estabelecidos no art. 6º, III, e 26 do Decreto n.º 10.024/2019, bem assim do Edital do Pregão. A empresa não possui ocorrência que ensejem impedimentos de licitar, conforme consulta SICAF, documento n.º 1799852.

9. Aberto o prazo, foi registrada intenção de recurso pela empresa FERNANDO F ARAUJO COM E SERV DE INFORMÁTICA EIRELI, documento n.º 1799998 e apresentadas as razões, documento n.º 1800027. Concedido prazo, não houve apresentação de contrarrazões pela empresa EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA.

10. Mediante decisão em documento n.º 1800107, o pregoeiro deliberou pela não acolhimento do recurso, nos seguintes termos:

## VI - DA CONCLUSÃO

**19. Com base no todo exposto, parece-nos insuficientes as justificativas apresentadas pela Recorrente para demonstrar a inadequação técnica na documentação de habilitação da empresa vencedora, não foi encontrado amparo legal ou elementos fáticos e jurídicos para substanciar suas alegações, e consequentemente modificar a decisão do Pregoeiro e sua Equipe de Apoio.**

**VII – DECISÃO 20. Por todo o exposto, sem mais nada a considerar, respeitados os princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela empresa FERNANDO F ARAÚJO COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA EI - CNPJ:12.809.965/0001-09 para, NO MÉRITO, NEGAR LHE PROVIMENTO, mantendo a decisão anteriormente proferida. Diante disso, em respeito ao art. 13, IV, e art. 17, VII, ambos do Decreto nº 10.024/2019, mantenho a decisão, encaminhando-a à autoridade competente para superior análise e deliberação.**

11. Instada, a unidade demandante informou em documento n.º 1807291 que a proposta da empresa EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA atende às especificações do Edital n.º 35/2021.

12. Mediante parecer n.º 747, a ASJUR opinou pelo não acolhimento do recurso, documento n.º 1807798, trecho em destaque:

6. Sem maiores delongas, e até porque a questão já foi extensamente abordada pelo Pregoeiro (doc. nº 1800107), julgamos que as alegações da empresa, de fato, não merecem prosperar.

6.1. Não fosse pela categórica afirmação da área demandante, acerca da conformidade dos bens ofertados pela licitante ora declarada vencedora (doc. nº 1807291), bem assim pela confirmação do atendimento às especificações do edital, nas mensagens trocadas com o Pregoeiro, **fls. 9, da Ata do Pregão** (doc. nº 1799787), a Recorrente não traz, de forma objetiva, qualquer comprovação em contrário. Limita-se a noticiar o desatendimento, sem qualquer demonstração que corrobore tal afirmativa.

6.2. De relação à Certidão Negativa de Falência, não se verifica qualquer inobservância às regras editalícias, consistindo o documento apresentado pela vencedora em certidão obtida mediante acesso a *sítio oficial* (doc. nº 1799852, fls. 37/38), tal qual facultado ao Pregoeiro, como bem ressaltado no enfrentamento da peça recursal, ao referir-se à condição 11.7, que reza:

*"11.7. Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá realizar consulta nos sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões, constituindo meio legal de prova, conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019".*

6.2.1. Ora, se é facultado ao Pregoeiro a obtenção de documentos de habilitação mediante acesso a *sítios oficiais de órgãos e entidades emissoras de certidões*, seria totalmente desarrazoado não aceitar qualquer certidão originalmente apresentada neste formato.

7. Ante o exposto, opinamos objetivamente pelo não acolhimento do Recurso impetrado pela empresa FERNANDO F ARAÚJO COMERCIO E SERVIÇOS DE INFORMÁTICA ME/EPP, mantendo-se, por consequência, a decisão do Pregoeiro, que declarou vencedora para os itens 1 e 2, no Pregão nº 35/2021, a empresa EASYTECH INFORMATICA E SERVICOS LTDA.

É o parecer, *sub censura*.

13. Após, retornaram os autos para análise do procedimento pela ASSESD.

14. Deste modo, considerando as atribuições do art. 74, XVIII, da Resolução Administrativa n.º 4/2021, constata-se a regularidade do procedimento, que se encontra apto à adjudicação dos itens 1 e 2 e homologação pelo Diretor-Geral, podendo a Administração, ato contínuo, proceder à convocação da empresa vencedora para assinatura da Ata de Registro de Preços, nos termos do art. 4º, XXII da Lei n.º 10.520/02, arts. 13, VI, 45 e 48 do Decreto n.º 10.024/2019 e art. 13 do Decreto n.º 7.892/13, bem como de acordo com o Relatório Final do Pregão, Resultado por Fornecedor e Ata de Realização do Pregão Eletrônico, documentos n.ºs 1800149, 1799862 e 1799787.

15. Importante registrar que, quando das efetivas contratações, caso ocorram, deverá ser encaminhado o processo à SOF, para informação relativa à disponibilidade orçamentária.

16. Frise-se que as futuras contratadas deverão manter, durante toda a execução do ajuste, todas as condições de habilitação determinadas na licitação, a teor do disposto no art. 55, XIII, da Lei de Licitações e Contratos.

À consideração superior.

**Ana Flávia Cerqueira Machado**

Analista Judiciário



Documento assinado eletronicamente por **Ana Flávia Cerqueira Machado**, **Analista Judiciário**, em 23/12/2021, às 16:31, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tre-ba.jus.br/autenticar> informando o código verificador **1809037** e o código CRC **D1F69BFE**.